

CAPTAÇÃO DE RECURSOS



WILLYS ARAÚJO - PRODUTOR CULTURAL



Consultoria: Gera+ Brasília
Autor: Professor: Willys
Araújo
(61)99988-0527
(61) 983039939



“Fomentar a cultura de forma ampla, por meio da produção e difusão de projetos e programas, é o princípio norteador das ações da Gera+ Brasília”.

Captação de Recursos Públicos para Eventos

Um Guia Prático

The screenshot shows a user profile on the DIO platform. On the left, under 'Meu Perfil DIO', is a circular profile picture of Wilismar Araujo Da Silva and the DIO logo. In the center, 'Principais Habilidades' lists four skills: 1. GitHub, 2. Soft Skill, 3. Soft Skill, and 4. ChatGPT. On the right, 'Últimas Conquistas' displays six achievement icons and two statistics: '004 Habilidades Desenvolvidas' and '011 Conquistas', as well as '001 Projetos Realizados' and '000 Artigos Escritos'.

Fonte: Wilismar Araujo Da Silva — DIO Community Profile

INTRODUÇÃO



A Importância dos Recursos Públicos em Eventos

No Brasil, A Captação De Recursos Públicos Para A Realização De Eventos É Uma Prática Valiosa Que Permite A Criação De Projetos Enriquecedores Para A Cultura, Educação E Lazer Da População. Através De Leis De Incentivo E Programas Governamentais, Muitos Eventos Conseguiram Sair Do Papel E Se Tornaram Casos De Sucesso.



CAPÍTULO

01

ENTENDENDO AS LEIS DE INCENTIVO

Lei Rouanet

A Lei Federal nº 8.313/1991, mais conhecida como Lei Rouanet, é uma das principais ferramentas para financiar eventos culturais no Brasil. Por meio dela, produtores podem captar recursos via renúncia fiscal de empresas e pessoas físicas, que podem deduzir o valor doado do imposto de renda devido.



Fonte: <https://www.gov.br/cultura/pt-br>

O Sistema Nacional de Incentivo à Cultura (SNIC), serve para que artistas, produtores e instituições culturais cadastrem seus projetos, detalhando os objetivos, orçamento e atividades previstas. Cada projeto precisa se encaixar em uma das áreas temáticas da lei, como música, teatro, dança, literatura, cinema, patrimônio cultural, artesanato e muito mais.

Lembre-se:

- Somente projetos aprovados no SNIC podem receber doações pela Lei Rouanet.
- As doações são isentas de Imposto de Renda para o doador.
- Você pode acompanhar o andamento dos projetos que apoiou no site do SNIC.

Seja um agente da cultura e ajude a construir um Brasil mais rico em cores, sons e ideias!

Lei Aldir Blanc

A Lei Nº 1075/2020, mais conhecida como Lei Aldir Blanc são recursos repassados pela União aos estados, municípios e ao Distrito Federal, que por sua vez definem os critérios e as formas de distribuição do auxílio financeiro e dos incentivos à cultura.

A Lei Aldir Blanc é um marco histórico para a cultura brasileira, pois representa um reconhecimento da importância do setor cultural para o desenvolvimento social, econômico e humano do país. Ao oferecer amparo aos trabalhadores da cultura e às empresas do setor, a lei contribui para a preservação da diversidade cultural brasileira e para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.



Fonte: <https://www.gov.br/cultura/pt-br>

Três Pilares De Ação:

- **Renda emergencial:** Um auxílio financeiro mensal para artistas, técnicos, produtores, grupos folclóricos, instituições de ensino de arte e cultura, e outros profissionais que tiveram sua renda comprometida pela pandemia.
- **Fomento à cultura:** Incentivo à realização de atividades culturais presenciais ou virtuais, como apresentações musicais, peças de teatro, exposições de arte e oficinas culturais, com a premissa de seguir os protocolos de segurança contra a COVID-19.
- **Aquisição de bens e serviços culturais:** Compra de livros, discos, filmes, obras de arte e outros produtos culturais para distribuição à população, com o intuito de democratizar o acesso à cultura e fortalecer a economia do setor.

Lei Paulo Gustavo

A Lei Complementar nº 195/2022, mais conhecida como Lei Paulo Gustavo, foi sancionada em dezembro de 2021 para fornecer apoio financeiro emergencial ao setor cultural brasileiro, gravemente impactado pela pandemia de COVID-19 e destinou R\$ 3,86 bilhões em recursos federais para serem distribuídos a estados, municípios e Distrito Federal.



Fonte: <https://www.gov.br/cultura/pt-br>

Lei do Esporte

A Lei nº 11.438/2006 permite que projetos esportivos e paradesportivos sejam financiados por meio de incentivos fiscais. Empresas e pessoas físicas podem investir parte do imposto devido em eventos esportivos.



**Lei de Incentivo
ao Esporte** 🇧🇷

Fonte: <https://www.gov.br/mds/pt-br/>

CAPÍTULO

02

PROCESSO DE CAPTAÇÃO

Elaboração do Projeto

Antes de mais nada, é essencial ter um projeto bem estruturado, com objetivos claros e um plano detalhado de execução. O projeto deve estar alinhado com as diretrizes das leis de incentivo, incluindo orçamento detalhado e justificativa para o pedido de financiamento.



Fonte: https://www.instagram.com/gera_mais_bsb/

Registro e Aprovação

Após a elaboração, o projeto deve ser registrado no sistema específico do governo, como o Salic, para a Lei Rouanet, ou o Sistema de Convênios (SICONV), para projetos mais amplos. A aprovação depende da análise de mérito pelo órgão responsável.



Fonte: <https://salic.cultura.gov.br/autenticacao/index/index>

Captação de Recursos

Com o projeto aprovado, inicia-se a fase de captação de recursos. É fundamental buscar parcerias com empresas e investidores interessados em associar suas marcas ao evento. Estratégias de marketing e negociação são cruciais nesta etapa.



Fonte: <https://www.consultoriasquadra.com.br>

CAPÍTULO

03

ROTEIRO ESSENCIAL PARA O SUCESSO

Para desbravar o universo da captação de recursos públicos, é fundamental seguir um roteiro estratégico:

- 1. Defina seu projeto:** Tenha clareza sobre os objetivos, público-alvo e impacto social do seu evento.
- 2. Mapeie as leis:** Explore as leis de incentivo disponíveis e identifique a que melhor se encaixa no seu projeto.
- 3. Elabore um plano:** Crie um plano de captação detalhado, incluindo metas, orçamento e estratégias de comunicação.
- 4. Apresente sua proposta:** Siga as normas e prazos de cada lei, apresentando uma proposta sólida e convincente.
- 5. Prestação de contas:** Seja transparente e mantenha um registro meticuloso da aplicação dos recursos captados.

CAPÍTULO

03

**CASOS
DE
SUCESSO**

Bienal do Livro de São Paulo

Este evento é um exemplo clássico de sucesso na captação de recursos via Lei Rouanet. A Bienal não só promove a literatura nacional e internacional, mas também estimula a economia local e o turismo educacional.



Fonte: <https://www.cnnbrasil.com.br/entretenimento/bienal-do-livro-de-sao-paulo-inicia-venda-de-ingressos/>

O Festival de Música de Parintins

Que se beneficia anualmente dessa lei, mostrando o folclore local através de um evento que atrai turistas de todo o país, dinamizando a economia local.



Jogos Escolares Brasileiros

Revitalizados com apoio da Lei do Esporte, esses jogos mobilizam estudantes de todo o país em diversas modalidades esportivas, promovendo o esporte e a integração entre jovens atletas.

O Rio Open

Torneio internacional de tênis, é parcialmente financiado por esta lei, contribuindo para a promoção do esporte e o turismo na cidade.

CONCLUSÃO



Seu Evento Pode Ser Um Caso de Sucesso

Captar recursos públicos para eventos é uma estratégia eficiente que requer dedicação, planejamento estratégico e conhecimento das leis de incentivo. Com base nos exemplos citados, é possível ver que eventos de diferentes naturezas podem alcançar sucesso e impacto significativo, beneficiando não apenas os organizadores, mas toda a comunidade. Seu evento tem potencial para ser o próximo grande projeto financiado por recursos públicos no Brasil!

REFERÊNCIAS





Referências



Lei Rouanet:

(<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/03/governo-anuncia-novos-parametros-para-o-fomento-a-cultura>)

Lei Aldir Blanc:

(<https://www.gov.br/pt-br/noticias/cultura-artes-historia-e-esportes/2020/08/lei-aldir-blanc-de-apoio-a-cultura-e-regulamentada-pelo-governo-federal>)

Lei Paulo Gustavo:

(<https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/lei-paulo-gustavo>)

Lei de Incentivo ao Esporte:

(https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/L14597.htm)

